

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO N.º 21, DE 2015.

(Do Sr. Elmar Nascimento - DEM/BA)

Solicita que seja convidado o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira para prestar esclarecimentos sobre a repetição das "pedaladas fiscais" em 2015.

Senhor Presidente,

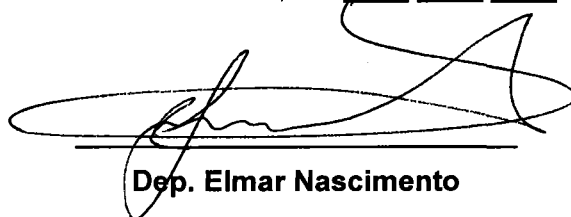
Requeiro a V.Ex.^a, com base no art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, c/c o art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias ao convite do Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre a repetição das "pedaladas fiscais" em 2015.

O Requerimento visa à prestação de informações sobre a continuidade das pedaladas fiscais do Governo da presidente Dilma Rousseff no ano de 2015. Segundo representação do Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, pelo menos R\$ 24,5 bilhões ainda são devidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES, R\$ 13,5 bilhões ao Banco do Brasil (BB) e R\$ 2,2 bilhões à Caixa Econômica Federal, no âmbito do FIES e do Bolsa Família, de acordo com dados de 31 de Junho de 2015. Além disso, também é questionado na mesma representação o repasse de recursos do FGTS ao programa Minha Casa Minha Vida sem a adequada autorização na Lei Orçamentária de 2015.

Nesse contexto, o requerimento visa à obtenção de esclarecimentos referentes a essas informações, que podem confirmar a continuidade dos mesmos atos considerados ilegais pelo TCU no acórdão 2461/2015 que rejeitou as contas presidenciais do ano de 2014.

Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 13/12/2015



Dep. Elmar Nascimento
DEM/BA